

RENATA FERREIRA BARONTI

***O FUTEBOL COMO CONTEÚDO DAS
AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA
O SEXO FEMININO***

Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação Física

Campinas, 1996



RENATA FERREIRA BARONTI

***O FUTEBOL COMO CONTEÚDO DAS
AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA
O SEXO FEMININO***

Monografia apresentada à faculdade
de Educação Física da UNICAMP,
como requisito para obtenção do
título de graduação de Licenciatura
em Educação Física.

Orientador: Prof. Jocimar Daolio

Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação Física

Campinas, 1996

Agradecimentos

Aos meus pais, pela força, oportunidade e compreensão durante todos estes anos de Unicamp.

Ao professor Lino Castellani Filho, por me emprestar grande parte do material bibliográfico deste trabalho.

Ao professor Jocimar Daolio, pela paciência e grande ajuda ao me orientar.

A todo o grupo de futebol feminino da Unicamp, no qual conheci grandes pessoas, que como eu, têm uma grande paixão pelo futebol, e mostram como as mulheres são capazes de praticá-lo.

A Kelly, pela sua amizade e por me ajudar, neste e em outros trabalhos, a “vencer” o computador.

Aos meus amigos da *Jurassic Republic*, por conviverem bons e maus momentos comigo, me “aguentando” todos estes anos.

A toda turma 93, que com carinho e amizade, nestes quatro anos, me ajudou a crescer e superar os obstáculos acadêmicos e da vida.

RESUMO

Este trabalho monográfico está dividido em três capítulos que pretendem discutir a respeito do conteúdo futebol para meninas nas aulas de Educação Física. Inicialmente, no primeiro capítulo, há um resgate histórico do futebol, desde sua introdução no Brasil, até o profissionalismo. Ainda neste capítulo, há uma discussão do futebol como fenômeno social, caracterizando-o como principal esporte nacional, um fenômeno cultural de grande alcance, no qual a sociedade se expressa através dele. No segundo capítulo há uma análise da construção cultural do corpo feminino, refletindo os papéis sexuais que são impostos pela sociedade, ou pelos agentes socializadores tal como a família, imprensa, igreja, escola. Há também uma reflexão a respeito do corpo feminino nas aulas de Educação Física, e como estas aulas deveriam abordar criticamente a questão cultural dos sexos, respeitando as diferenças entre meninos e meninas e propiciando a todos as mesmas oportunidades de prática. No terceiro e último capítulo, ocorre uma reflexão sobre os conteúdos da Educação Física escolar, na visão de alguns autores, bem como a discussão da viabilidade do futebol como conteúdo escolar, mostrando sua importância para ambos os sexos.

Sumário

Introdução	1
1. Futebol Brasileiro: um fenômeno sócio cultural	4
1.1. A Relação com a Violência: o papel do futebol na sociedade	15
2. A cultura do Corpo Feminino: análise do preconceito	17
2.1. O confronto sexista da Educação Física	23
3. Os Conteúdos da Educação Física	27
3.1. O Esporte da Escola: o futebol para todos	31
Considerações Finais	36
Referências Bibliográficas	39

Introdução

Para a escolha do tema deste trabalho, levamos em consideração a paixão pelo futebol que grande parte do povo brasileiro manifesta, sendo um esporte fascinante que as mulheres estão começando a praticar. Indagamos também sobre a inclusão deste esporte como conteúdo escolar para ambos os sexos, na medida que no decorrer da história da Educação Física escolar foram poucas as mulheres que tiveram acesso a tal conteúdo, e parece que ainda hoje são poucas as escolas que incluem o futebol para o sexo feminino.

O futebol, como veremos ao longo deste trabalho, está embutido na cultura brasileira. É um fenômeno social de grande alcance. Porém, ainda hoje este esporte, quando dado na escola, reproduz o esporte fora da escola, ou seja, ele busca a aptidão física dos alunos, tratando estes sem considerar suas diferenças, o que reflete a própria tradição da Educação Física escolar. O futebol deveria ser tratado de maneira crítica e consciente, tendo todos os alunos, independente de sexo e habilidade, as condições de vivenciar não só a prática, mas também contextualizá-lo na história e na sociedade, traduzindo seus símbolos culturais.

Historicamente o futebol sempre representou a sociedade machista brasileira. Isso vem mudando com a maior participação da mulher na sociedade, incluindo os esportes, abrindo a elas espaços antes não permitidos. A mulher já começa a praticar o futebol, e vem mostrando que esta modalidade tende a crescer muito. O interesse das crianças têm aumentado a cada dia, porém, parece que ainda enfrentam os preconceitos da sociedade, incluindo aí a escola.

Assim, este trabalho tem como objetivo uma discussão sobre a viabilidade do conteúdo futebol nas aulas de Educação Física para o

sexo feminino. Foi realizado através de uma revisão bibliográfica sobre três grandes tópicos, que são o futebol como fenômeno cultural, a cultura do corpo feminino, e os conteúdos da Educação Física através da utilização da Cultura Corporal.

No primeiro capítulo há um breve histórico do futebol no Brasil, e as causas da sua transformação de esporte de elite em um fenômeno social. A intenção é mostrar que o futebol é mais que um esporte. É a expressão cultural no qual a sociedade brasileira se mostra, espelhando-se nele. A sociedade e o futebol não podem ser vistos separadamente, sendo que o futebol é um dos veículos de dramatização da sociedade.

No segundo capítulo há uma análise da mulher na sociedade, seus papéis sexuais que os agentes sociais, como a escola, a família, a igreja etc., ainda reforçam e perpetuam. A mulher sempre enfrentou os preconceitos sociais, tendo seu papel sempre ligado à maternidade. Neste capítulo também há uma análise da Educação Física escolar, que, dependendo de como é desenvolvida, pode perpetuar os preconceitos sociais se não compreender que as diferenças sexuais são determinadas culturalmente. A Educação Física deve integrar meninos e meninas, abrindo espaço para a discussão dos problemas do sexismo, garantindo o direito de todos os alunos à prática.

No último capítulo há uma análise dos conteúdos da Educação Física, em especial, o esporte, através do conceito de Cultura Corporal. Há uma análise do esporte na escola, mais precisamente o futebol, a partir do qual se defende sua inclusão nas aulas, não na busca da aptidão física, mas sim garantindo a todos os alunos a possibilidade de sua prática, respeitando sua realidade e as diferenças existentes entre eles.

Espera-se, assim, que a Educação Física escolar organize e estruture seus conteúdos, e o futebol, como um destes conteúdos, possa

ser praticado, analisado e contextualizado por todos os alunos. Para isso, as aulas devem ocorrer sem preconceitos, respeitando a individualidade dos alunos, e não buscando a performance esportiva que se encontra fora da escola. Assim, o futebol pode ser um conteúdo importante para todos os alunos, incluindo as meninas.

1. Futebol Brasileiro: um fenômeno sócio-cultural

O futebol no Brasil atingiu um nível de desenvolvimento tão grande, que é quase impossível encontrar alguém - principalmente entre os homens - que nunca o vivenciou de alguma maneira, seja praticando, torcendo ou mesmo discutindo. Todos os dias os meios de comunicação trazem o futebol com grande destaque em suas programações. Mesmo que se queira, não há como fugir deste esporte que está incorporado na cultura nacional. É um fenômeno que consegue unir pessoas de diferentes raças, credos e condições sociais; que une extremos, capaz de paralisar um país em épocas de campeonatos mundiais, união jamais conseguida em outros momentos da vida do país.

O futebol brasileiro é muito mais que uma prática esportiva ou de lazer. É a expressão cultural, a dramatização da sociedade, é um ritual, é uma arte, uma mistura de espetáculo esportivo e de valores culturais profundos. Não se pode descartar a importância que este esporte adquiriu ao longo dos tempos na sociedade brasileira, tornando-se um dos mais significativos produtos da nossa cultura popular.

O futebol praticado, vivido, discutido e teorizado no Brasil seria um modo específico, entre tantos outros, pelo qual a sociedade brasileira fala, apresenta-se, deixando-se portanto, descobrir-se (DaMatta, 1982, p.21).

Para entender a trajetória deste esporte em nosso país que, em apenas um século se transformou num fenômeno social, vamos recorrer a um breve histórico do futebol, que surgiu por aqui em 1894, e Charles Miller foi o principal responsável pelo seu aparecimento e divulgação.

Brasileiro de descendência inglesa, Miller foi estudar na Inglaterra, onde conheceu este esporte, tornando-se um jogador de extrema qualidade e adquirindo muito bem o conhecimento das regras. Na sua volta à São Paulo trouxe na bagagem uma bola de futebol, e tratou de difundir o esporte entre os ingleses residentes na cidade que se interessavam pelo jogo de cricket. Ele se associou ao São Paulo Athletic Club, clube fundado por altos funcionários ingleses da Companhia de Gás, do Banco de Londres e da São Paulo Railway, e aos poucos foi introduzindo nos espaços do clube a nova modalidade, ganhando adeptos oriundos do cricket (Rosenfeld, 1974).

O primeiro grande jogo, que empolgou a platéia, foi realizado em São Paulo, em 1899, na presença de sessenta torcedores, número significativo para o esporte na época. Os adversários eram um time de funcionários da Empresa Nobiling (fundada por Hans Nobiling, alemão vindo de Hamburgo, onde jogava pelo Clube Germânia e que, junto com Miller, ajudou a difundir o futebol), e o outro os ingleses da Companhia de Gás, da São Paulo Railway e do Banco de Londres. No final do jogo um resultado sem novidades: 1x0 para os ingleses (Rosenfeld, 1974).

Ao contrário de hoje em dia, o futebol brasileiro nasceu e se desenvolveu com um caráter elitista. Os ingleses, precursores desse esporte em nosso país, estavam entre a elite das sociedades paulista e carioca, e além deles, somente os brasileiros ricos tinham acesso à prática do futebol. Os colégios de elite, tanto do Rio de Janeiro, como de São Paulo, passaram a adotar este esporte como forma de recreação de seus alunos, surgindo daí bons jogadores que logo se integrariam aos clubes das tradicionais famílias. Segundo Rosenfeld(1974) a Igreja Católica, instituição de enorme importância na época, parece não ter levantado nenhuma objeção, pelo contrário, muitos padres deram o

impulso decisivo para a difusão do novo jogo. Dessa forma, o futebol tornava-se, a cada dia, uma atividade mais procurada e mais importante.

Porém, enquanto o futebol organizado foi cultivado essencialmente pelas camadas superiores da juventude, que durou desde 1894 até meados de 1920, este conservava um caráter essencialmente amador, com competições frequentadas pela alta sociedade e preferido pelas filhas de “boas” famílias, que iam homenagear seus “musculosos” jogadores. Segundo Rosenfeld(1974), o futebol se tornava um símbolo de uma juventude patriarcal, onde os jogadores mostravam sua masculinidade para as moças diante das tribunas. Assim o jogar futebol era uma forma de prestígio social.

Nessa fase inicial, as camadas sociais inferiores, sobretudo os negros, ficavam de fora dos grandes eventos futebolísticos, tentando participar do espetáculo apenas assistindo a treinos e lentamente preenchendo as gerais. Segundo Rosenfeld(1974), quando a bola por sorte “espirrava”, eles aproveitavam para chutá-la de volta ao campo. Começaram a surgir os campos de “várzea” nos subúrbios, onde adolescentes da classe baixa, alguns não tendo ocupações definidas, não indo nem à escola, ficavam jogando durante todo o dia, e conseqüentemente acabaram ficando mais habilidosos que os jogadores estudantes dos clubes grã-finos, adquirindo “(...)uma técnica sedutora” (Rosenfeld, 1974, p.67).

A democratização do futebol começou no início deste século, quando clubes suburbanos, não elitizados, de menor expressão social, aparecem no país, tendo na fundação do The Bangu Athletic Club, em 1904, a principal representação. Bangu, um subúrbio do Rio de Janeiro, é a sede da Companhia Progresso Industrial Ltda., uma fábrica de tecidos pertencente aos ingleses. Os técnicos desta empresa criaram um time de futebol com apoio da diretoria, que cedeu um gramado próximo para os

treinamentos. Porém o isolamento do bairro de Bangu acabou por se tornar um grande problema para os altos funcionários ingleses. Para formar dois times, não tiveram outra alternativa senão colocar alguns operários para jogar. Estes funcionários tiveram alguns privilégios dentro da empresa, principalmente os melhores jogadores, como trabalhos mais leves, licença para treinar, possibilidades de promoção mais rápida. Assim como outros semelhantes, o Bangu começou abrir à população de baixa renda, incluindo os negros, um espaço no mundo do futebol, deixando claro que este fato decorreu mais por problemas geográficos, ou seja, pelo fato de que estes clubes se localizavam longe do centro, dificultando o acesso dos altos funcionários, do que propriamente a vontade da elite. Com o tempo, o time ficou mais conhecido que a própria empresa, fazendo com que seus diretores usassem o prestígio do time para aumentar o sucesso comercial. Assim, para isto mais funcionários, com mais habilidade que os ingleses, integraram-se ao Bangu, contribuindo para as vitórias do clube (Rosenfeld, 1974).

Esta abertura levou a muitas confusões da política de clubes e federações. Os times brancos e ricos trataram de reagir à proliferação dos pobres, não aceitando que estes “invadissem” os lugares que sempre pertenceram à elite, ou seja, estes times não gostavam do fato de ter que jogar em um mesmo time, ou contra outro time que possuía negros e pobres. Muitos times fecharam seus departamentos de futebol e, em 1913, o Clube Paulistano rompeu com a associação existente, pois exigia equipes formadas por jovens da elite. Não era concebível perder para um time de operários. Portanto, cada vez mais os ingleses e a elite acabaram dando lugar para a população pobre e negra, o que torna-se fundamental para a popularização deste esporte (Rosenfeld, 1974).

A partir da segunda metade dos anos 20, com a crescente popularização do futebol, a sua trajetória não podia mais fugir ao

profissionalismo. Apesar de ser amador, já havia pagamentos aos jogadores, o que tornava o esporte semi-profissional, com um nítido interesse dos clubes, que enriqueciam com as arrecadações, enquanto os jogadores eram explorados sem nenhum direito. Como salienta Caldas(1994), rigorosamente não se pode falar de amadorismo no futebol brasileiro, principalmente na década de 20 em diante. O que existiu foi uma espécie de “profissionalismo marrom”, onde nem jogador nem dirigente assumiam seus papéis. Pagar e receber para jogar eram considerados atos degradantes, vergonhosos.

Essa situação só começou a se transformar pela pressão da imprensa que lutava por melhores condições para os jogadores e pelo fato de que atletas brasileiros emigraram para países onde o futebol já era um esporte profissional. A torcida também teve papel importante nestas transformações, pois exigiam um espetáculo de “nível”, o que já não estava acontecendo devido a evasão dos craques para o exterior. Mas foi com a revolução de 1930, que o atleta e o futebol foram favorecidos. O próprio Estado, com sua política trabalhista, liquidou com as pretensões dos clubes de manter o amadorismo. Assim, após muitos conflitos nas federações, em 1933 o futebol tornou-se definitivamente profissional, fator imprescindível para a massificação e elevação deste esporte à condição de “paixão” nacional, que o tempo se encarregou de perpetuá-la. Portanto ele tornou-se um grande negócio, embora nem sempre bem administrado pelos dirigentes, crescendo cada vez mais até chegar aos dias de hoje. Craques desde então não pararam de surgir, viraram mitos, foram imitados e conhecidos pelo mundo, chegando a papéis importantes no cenário político nacional. Percebe-se então que ao longo do tempo o futebol tornou-se um produto cultural de massa, um fenômeno cultural de grande alcance.

Mas o que realmente levou a popularização e à esta adoção do esporte inglês como brasileiro é muito mais complexo do que a simples prática do futebol. A seguir citaremos alguns autores que tentam explicar o futebol como um fenômeno cultural de massa.

Para Byington(1982), o futebol é um espetáculo coletivo que se ritualiza na medida que os torcedores se espelham, identificando-se com o drama que acontece no campo. Este autor afirma que este esporte é o *"(...)nosso maior exercício psicológico simbólico de desenvolvimento"* (p.21).

Algumas destas ritualizações estão inseridas no contexto democrático que o futebol representa. Segundo Daolio(1989), ele proporciona à sociedade a experiência de igualdade e justiça social, que esta raramente encontra no seu trabalho e cotidiano em geral. Muito pelo contrário, a desigualdade está "impregnada" nas sociedades tradicionais, devido à grande discrepância econômica e aos regimes de privilégios entre as classes sociais. Assim, segundo DaMatta(1982), a igualdade do jogo, em contraste com a vida real, pode ser expressa na universalização das regras que ninguém pode mudar, ficando todos iguais e com as mesmas chances de ganhar dentro de campo, reafirmando o melhor, independentemente dos desejos e impulsos dos times e das torcidas. Há uma alternância democrática de vencedores e perdedores, confrontando a estagnação hierárquica de poder e riqueza. A torcida é também um fator democrático ao apagar diferenças sociais e unir, numa mesma emoção e paixão pelo seu time, pessoas de diferentes raças, religiões, condições sociais e financeiras. Portanto, segundo Flores(1982), uma equipe de futebol tem símbolos que levam ao nivelamento, como o uniforme, o mesmo objetivo, a solidariedade para alcançar estes objetivos, adversários iguais, tudo isso simbolizando para a sociedade uma igualdade não encontrada fora de campo. Daolio(1989),salienta que

o futebol nem sempre ocorre num clima de igualdade, porém suas regras foram elaboradas visando esta igualdade.

No futebol, essa possibilidade de igualdade, por mais remota que possa ser na vida cotidiana, estaria sendo dramatizada, exercitada, enfim, atualizada pela população (Daolio, 1989, p.59).

Junto com essa igualdade social, vem a idéia do mito da ascensão social. A maioria dos jogadores surgem de classes sociais baixas. Se estes mostrarem dedicação e talento, e tiverem muita sorte, podem chegar a ser craques e ter uma ascensão social muito rápida se comparada com qualquer outra profissão, tornando-se mitos e exemplos a serem seguidos. Porém este fato é exceção, pois apenas um entre vários consegue tal projeção. Isso acaba se tornando o sonho para adolescentes de baixa renda, que não têm instrução e noção da real dificuldade de ser um atleta, e que esperam poder atingir a notoriedade e riqueza, sem restrições de origem social ou racial, através de suas habilidades e esforços pessoais.

Outro fator destas ritualizações, segundo DaMatta(1994), seria o fato deste esporte ser jogado com os pés, o que lhe confere um grau de imprevisto e imprevisto, insinuando a idéia de sorte, destino, vitória, esoterismo, além de tornar o jogo emocionante, bonito de ser visto. Jogado com os pés, o futebol obriga a inclusão das pernas, quadris e cintura, partes do corpo dotadas de elevado simbolismo. Para Byington (1982), os pés representam a parte mais instintiva do ser humano, fazendo uma analogia com a figura mitológica do centauro (monstro com a metade superior humana, e a metade inferior de cavalo). É a área inferior associada aos processos inconscientes, vegetativos, ao processo final da digestão, à região sexual, contrapondo com a metade superior

“humana”, que é a cabeça e a boca, que representa a consciência, os órgãos do sentido, a ingestão. Assim, jogar com os pés, leva o futebol ser revolucionário, por priorizar esta parte tão reprimida em várias culturas. Segundo Byington (1982), a região inferior do corpo possui grande simbolismo, já que o povo brasileiro possui traços dos índios e negros, e de outras práticas culturais, como o samba, a capoeira, danças indígenas, danças e gingas que em gerais utilizam essencialmente a cintura, pernas e pés. Segundo Daolio(1989), devido a esta mistura de raças, parece ser possível ao brasileiro ter *“(...)uma maior facilidade histórica e cultural com os pés para a prática do futebol do que indivíduos de outros países”(p.59).*

Daolio(1989) ressalta a importância e necessidade do drible em uma partida. O drible engana a defesa adversária, simboliza o malandro brasileiro que tem “jogo de cintura” para superar situações adversas do jogo e da vida, sobrevivendo de alguma maneira. Segundo DaMatta(1994), *“(...)o futebol institui aberta-mente a malandragem como arte de sobrevivência e o jogo de cintura como estilo nacional” (p.17).* Esta malícia para correr atrás da bola não estaria tão presente no futebol europeu, que parece estar fundamentado na preparação física e na tática rígida. O drible implica livrar-se do adversário com o mover do corpo, um mover tão sutil e preciso, que faz o oponente ficar numa situação ridícula atrás da bola e do jogador. Flores(1982) reafirma que:

O poder do drible é, então duplo: implica não apenas em uma vitória tática - de domínio de um setor do campo e de provisório descartamento de um oponente - mas, também, em uma derrota psicológica deste(p.55).

O bom jogador de futebol é aquele que sabe contornar as situações difíceis com uma dose de malandragem e habilidade, tendo “jogo de

cintura” nos momentos certos do jogo, simbolizando a própria vida dos brasileiros.

Assim, o futebol brasileiro parece caracterizar-se pela criatividade individual, qualidade necessária no futebol bem como na vida cotidiana. Por mais que se viva em sociedade ditada por regras, e por mais coletivo que seja o jogo, cada indivíduo é diferente de outro, tendo assim liberdade de criar novas jogadas e perceber-se como único. O futebol mistura nossas raízes européia, africana e indígena, contribuindo para a nossa diversificação cultural, para nossa criatividade. Daolio(1989) ressalta, em relação a esta livre expressão individual, que, por mais que se tente imitar o estilo europeu de jogar, nosso jogador não se adapta a tal modelo.

Ele prefere o drible, a jogada de efeito, o gol de “placa”, a “bicicleta”, a “chaleira”, a jogada mais difícil, ao invés do toque de primeira, da jogada rápida, do futebol solidário, dos esquemas pré-determinados pelo técnico (Daolio, 1989, p.60).

Um outro aspecto de dramatização da sociedade é a integração social que o futebol, em termos de representação, proporciona, ajudando a coletividade se organizar e se unir para um único fim, evocando símbolos nacionais do Estado, como a bandeira e o hino (elementos que sempre foram restritos a uma elite e aos militares) fazendo-se, assim, patriotas. Em disputas internacionais consegue-se uma quase “união nacional” em torno da seleção. As bandeiras estão nas janelas, o povo está de verde e amarelo, o instinto cívico está transparecendo, o orgulho do Brasil é extravasado, a ilusão de nação se estabelece.

O futebol é capaz de mostrar ao povo a experiência da vitória e do êxito. Apesar de ser um povo miserável e sofredor, há neste esporte uma sensação de poder, poder este que o brasileiro em geral não possui. Isso

pode levar a um engano, ao caracterizá-lo como o “ópio do povo”. Esta expressão surgiu, segundo Daolio(1989), através de militantes da esquerda, na época do tri-campeonato da seleção brasileira em 1970, que coincidiu com o auge da repressão da ditadura militar. A vitória brasileira teria sido usada pelos militares para divulgar o sistema político vigente, ocultando da grande massa os reais problemas do país. Neste sentido foi visto como um modo de desviar a atenção do povo de outros problemas prioritários, manipulando este povo através dos êxitos futebolísticos.

Segundo Caldas(1994), por ser um produto cultural de massa, como todo fenômeno de grande alcance, possui importância política e social incontestável. Porém, caracterizar estes desvios dos problemas, como, por exemplo, o desemprego, a má distribuição de rendas, a injustiça social, a corrupção, como intrínsecos ao futebol, é ter uma visão unilateral e maniqueísta dos processos sociais. Assim, ainda na linha deste autor, a causa do caráter alienante em 1970 não está no futebol como tal, e sim no Estado de terror imposto ao brasileiro, sem direitos, inclusive ao da informação e participação política. Não é o futebol em si que aliena e desvia a sociedade de seus problemas, mas sim os governantes que deliberadamente, sem ética ou escrúpulos, usam ideologicamente os esportes ou qualquer fenômeno de tal relevância social com objetivos políticos.

Para DaMatta(1982), o esporte não está em oposição à sociedade, mas sim junto a ela. *“Esporte e sociedade são como as duas faces de uma mesma moeda e não como o telhado em relação aos alicerces de uma casa”*(p.23). As relações do esporte devem ser feitas como atividades da sociedade e não como uma atividade em competição com a sociedade.

Segundo Byington (1982), dizer que este esporte é exemplo de alienação social, é ter uma visão superficial da cultura brasileira, e até mesmo de cultura. *“Um fenômeno só faz vibrar a alma individual e cultural de um povo na medida que contém os símbolos que expressam e nutrem a vida psíquica deste povo”* (p.21).

O futebol deve ser entendido como um veículo das dramatizações da sociedade, e não ser visto como separado dela. Neste universo das ritualizações do futebol, o torcedor ocupa papel de destaque. A expressão torcedor indica a idéia de entortar, revirar, dobrar, como se estivesse sofrendo torturas. Para entender o papel do torcedor, primeiramente deve-se entender o papel que este esporte tem na sociedade. Segundo Daolio(1992), *“(...)as emoções que o torcedor vive num estádio de futebol podem ser associadas àquelas que ele vive em sua vida cotidiana”*(p.60).

O futebol, ao se inserir no cotidiano, estará se constituindo num meio pelo qual os indivíduos expressam determinados sentimentos, como paixão, ódio, raiva, tristeza, humilhação, prazer, alegria. Estes sentimentos podem até chegar aos extremos. O maior exemplo de expressão destes, num nível nacional, foi o luto que a nação passou após a derrota para o Uruguai, em 1950. Final de Copa do Mundo, em pleno Maracanã, a seleção brasileira perdeu em casa para os rivais sul-americanos. O clima de tristeza e comoção nacional foi um dos maiores já existentes. O Brasil inteiro chorou aquela “humilhação”.

Para amenizar a “dor” após a derrota de 1950, falou-se de destino e má sorte. Muito presente no futebol, o tema destino vem relacionado como categoria ordenadora e explicativa do sofrimento e sucesso humanos. São forças impessoais, ligadas à religião, como a umbanda e o catolicismo. Segundo Rosenfeld(1974), quando se considera a imensa

carga de sentimento que irradia da torcida para os times, entende-se que estes busquem abrigo no sobrenatural.

1.1. A Relação com a Violência: o papel do futebol na sociedade

Como o futebol e a sociedade não podem ser separados, o local da partida se tornou um espaço “sagrado”, onde o torcedor se permite tomar certas atitudes que não tomaria fora dele. Segundo Daolio(1992), as pessoas se transfiguram ao sair do trabalho para os estádios, onde trocam os ternos por camisas de seus times, e se misturam entre outras pessoas, brancas e negras, torcendo, pulando, se abraçando, independentemente da cor da pele e da condição social. Assim, certos comportamentos são permitidos, incluindo a violência, que não pode ser praticada em qualquer lugar ou hora. Porém, falar que o futebol gera a violência significa não compreender a relação esporte/sociedade já mencionada anteriormente.

O futebol não gera a violência em si. Pelo contrário as suas regras são extremamente éticas, punindo o time que se utiliza de violência. Para analisá-la dentro dos estádios, deve-se primeiramente entendê-la fora deles. O torcedor como cidadão, passa por dificuldades financeiras, vivendo no seu dia-a-dia problemas com saúde, habitação, desemprego, descaso das autoridades bem como a corrupção destas, inflação, entre outros. Transportando grande parte destes problemas para dentro de campo, ele acaba por não conseguir controlar suas emoções, muitas vezes se excedendo. Para Daolio(1992), a violência da torcida não é causada pelo futebol, mas sim se expressa através dele. Portanto somente relacionando o esporte junto com a sociedade é que se pode entender as manifestações sociais ritualizadas pelos torcedores.

O futebol simboliza a própria sociedade brasileira e esta o ritualiza no seu cotidiano. A sua importância como fenômeno socio-cultural não pode ser descartada. Como parte da cultura, suas transformações acompanham o ritmo desta cultura. Porém, apesar de lentas, as transformações acontecem, o que traz para hoje em dia uma sociedade bem diferente de anos atrás.

A mulher, em todo este contexto social, sempre apareceu com um papel de menor importância. Historicamente, o futebol sempre representou a sociedade machista brasileira. Tanto na sociedade como no futebol a luta feminina tornou-se uma constante. Para entender o papel da mulher na sociedade, a seguir analisaremos a construção cultural do corpo feminino, discutindo os papéis sexuais na escola, mais especificamente na Educação Física.

2. A Cultura do Corpo Feminino: análise do preconceito

As mulheres, em todo contexto social, sempre tiveram um papel de menor importância, o que implica que no futebol seu espaço também não foi grande. Todo menino, quando nasce, já recebe uma bola de futebol e um time para torcer. Quando lhe é lançado uma bola, ele tem a tendência de impeli-la para frente com os pés. Dele se espera um comportamento diferenciado das meninas, deve brincar, subir em árvores, pular, correr. Das meninas espera-se delicadeza, brincadeiras com bonecas (relacionando o papel de futuras mães), bons modos. Assim, com o passar do tempo os meninos vão jogar melhor o futebol, interessando-se mais por este esporte. Percebe-se claramente os traços de machismo da sociedade brasileira, e em consequência disto o futebol é taxado como um esporte para homens.

A história do futebol feminino é bem diferente do masculino, que como já vimos nasceu entre a elite e os ingleses residentes no Brasil. Em proporções reduzidas comparadas com o masculino, esta modalidade surgiu entre as classes menos favorecidas nas periferias. No Rio de Janeiro, na década de 80, surgiu o time feminino do Radar, uma potência na época, onde segundo dados da Folha de São Paulo(13/03/84), em menos de três anos de existência, em 135 jogos só perdeu um, incluindo excursões para os EUA e Europa.

A maioria das jogadoras deste time, começou jogando desde pequena, no meio da molecada da rua. Porém, enquanto cresciam, iam encontrando resistência da família e da sociedade, já que a imagem que se fazia de garotas jogando bola era sempre encarada de "sapatões".

Segundo Bruhns(1995), em virtude do futebol ser do domínio masculino, as jogadoras logo foram adjetivadas de “machonas”, sendo desqualificadas socialmente, evidenciando o preconceito da sociedade machista.

Por volta de 1990, os altos clubes e agências de modelos começaram a divulgar jogos femininos em jornais e televisão com intuito comercial, ou seja, eram jogos promocionais. Apesar deste caráter elitista e superficial do futebol das modelos, uma vez que os jogos transformaram-se mais em uma vitrine de mulheres bonitas do que uma partida de futebol, ainda assim conseguiu-se uma maior divulgação e aceitação do futebol feminino na sociedade. A participação das mulheres neste esporte vem crescendo cada vez mais e, atualmente, o Brasil tem uma seleção brasileira que disputa campeonatos internacionais, bem como participou da Olimpíada de Atlanta, realizada em julho deste ano nos Estados Unidos, ficando com um excelente quarto lugar, que está ajudando a popularização, ou pelo menos a aceitação do futebol feminino no Brasil.

Históricamente, a prática esportiva foi sempre discriminatória, mantendo os papéis sexuais distintos. A prática das mulheres foi sempre relacionada com a maternidade. Em 1941 é promulgado o decreto lei nº 3199, vigorando até 1975, e que estabeleceu as bases de organização dos desportos em todo país. Em seu artigo 54, encontramos referências à prática dos desportos pelas mulheres, onde dizia:

Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos, baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país (apud Castellani Filho, 1989)

Em 1965, o CND(Conselho Nacional de Desportos) instruiu as entidades desportivas do Brasil, pela deliberação nº7, sobre a prática de esportes para as mulheres, no qual ficou estabelecido que “(...)não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo, halterofilismo e basebol”. Com esta deliberação em ação, explicita-se a distinção das atividades físicas masculinas e femininas, sendo as últimas, mais restritas. Uma outra lei federal, a 6503/77 tornava facultativa a prática de Educação Física para as alunas que têm filhos, deixando claro que, no pensamento da sociedade da época, a função da mulher é cuidar dos filhos. Somente em 1979 o CND revogou a deliberação nº7/65, permitindo, porém não incentivando, a prática de modalidades esportivas para as mulheres.

Homens e mulheres de diferentes culturas têm papéis e comportamentos distintos na sociedade. Estes papéis são decididos mesmo antes do nascimento, sendo reforçados ou punidos conforme o contexto social e a cultura em que se está inserido. Ao debruçar olhares sobre o corpo feminino em nossa cultura, o que sempre se viu foi um corpo submisso, explorado e passivo. Nas representações de papéis, segundo Bruhns(1995), ao homens é atribuída a função de sexo forte, dominação, poder, e uma vida pública; às mulheres seria o inverso, ou seja, sexo frágil, subordinação, e uma vida doméstica. A autora ainda atribui à mulher o elemento “quente”, que se relaciona com o sangue, o corpo, com o afetivo; e ao homem o elemento “frio”, que se relaciona à cabeça, ao raciocínio, estando implícita, simbolicamente, nestes elementos a diferenciação social entre os sexos, delegando à mulher uma menor racionalidade, uma menor inteligência. Segundo Romero(1994), os comportamentos sexuais são tipificados e adquirem valores e significados diferentes para meninos e meninas durante a socialização. Há um “treinamento” social diferenciado para cada sexo, e

são os adultos que julgarão o modelo social mais apropriado. Assim, *“(...)desde cedo os condicionam a se adequarem e a se comportarem de forma socialmente esperada”* (p.227).

Os papéis sexuais assimilados são mantidos pelos agentes socializadores, como a escola, a igreja, os meios de comunicação e principalmente a família. Antes mesmo de nascer, os pais traçam as vidas de seus filhos, que vão construir corpos masculinos ou femininos segundo o aprendizado social. Incentiva-se mais a independência do menino, preparando-o para o mundo, esperando que estes sejam fortes, agressivos, dominantes, competitivos. Das meninas, os pais esperam delicadeza, sensibilidade, afeto, dependência, preparando-as para vida doméstica, para serem futuramente boas mães e esposas. A família acaba por dar mais liberdade, ao corpo masculino, enquanto o corpo feminino é mais vigiado, estigmatizado e as opções de comportamento são estreitadas. Assim o corpo feminino, num processo histórico, foi moldado voltado para o “lar”, levando este à submissão, a um meio privado, culturalmente pobre, sem exigências de produção e criação de inteligência, que Romero(1994) define como corpo reprimido, com inteligência aprisionada. As atitudes tomadas pelos pais na criação dos filhos vão influenciar na competência e maturidade dos mesmos. Citando Romero(1995):

(...) a família é, sem dúvida, o principal agente socializador, cabendo aos pais a responsabilidade de fazer que seus filhos desenvolvam características de personalidade e de comportamentos que sejam adequados a seu sexo. Durante a socialização muitos comportamentos tornam-se sexualmente tipificados e adquirem valor e significado diferentes para meninos e meninas dentro de uma aprendizagem baseada em reforços, isto é, se o menino apresenta

um comportamento tipicamente masculino, é elogiado; se apresenta um comportamento tipicamente feminino, é criticado (p.248).

Um outro forte agente socializador que mantém essa diferenciação dos papéis sexuais é a Igreja. Historicamente, através dos tempos, o discurso religioso acabou por reforçar a submissão da mulher nas sociedades. O corpo feminino sempre teve que estar dentro dos moldes de obediência e recato. Tempos atrás, havia uma grande preocupação com a pureza física e mental, tentando limitar as mulheres sexualmente e socialmente. A moça devia se manter virgem para o marido, e após o casamento a esposa devia manter a fidelidade conjugal. O papel de esposa sempre foi o de procriar, preservando a espécie, cuidando dos filhos e marido. Segundo Romero(1995), a moral cristã estava preocupada em pregar discursos para o corpo feminino de “bem”, fechando os olhos para as moças de origem humilde, que, sem meios para sobreviver, acabavam virando prostitutas ou concubinas. A Igreja, que pregava a monogamia, condenava esta situação de prostituição e concubinato, porém, ao mesmo tempo, tornava-se útil para a construção e valorização da família, distanciando a mulher pura e casta da sexualidade transgressora, sendo assim tolerado pelo clero. Portanto, percebe-se que para os homens não era exigida a virgindade antes do casamento, indo buscar nas prostitutas e concubinas o prazer sexual, já que, no relacionamento conjugal, o sexo tinha como função, para a religião, a reprodução. Porém, estes fatos não estão tão distantes da realidade atual, na qual a Igreja continua reforçando o papel de mãe, dependência e submissão da mulher. Estas são socializadas de maneira a não contestar a superioridade do sexo oposto.

Em relação aos meios de comunicação, estes reforçam as diferenças entre os sexos, fortalecendo a assimilação de papéis

culturalmente determinados, não expondo de maneira crítica a possibilidade de ruptura da subordinação de um sexo em relação ao outro. Romero(1995) cita que nas leituras, desenhos animados e propagandas, o homem é destacado como personagem forte, corajoso, enquanto a mulher representa o ideal feminino de passividade e submissão. Fica fácil perceber que nas propagandas de produtos de limpeza, por exemplo, as protagonistas são sempre as mulheres, mães, “donas-de-casa”. Na literatura infantil, os personagens femininos aparecem como belas e frágeis moças em busca dos seus príncipes encantados, jovens fortes e corajosos. A criança desde cedo absorve a noção de superioridade de um sexo sobre o outro, achando “natural” a relação dependência/independência. Assim, um ingênuo conto de fada, na realidade, vai contribuir para a manutenção de uma sociedade machista através da estereotipação dos personagens.

Portanto, até agora o que se viu foi uma sociedade reprimindo o corpo feminino, relegando à mulher um mero papel de coadjuvante no cenário social. Entretanto, uma mudança começa a surgir nas últimas décadas, com a entrada da mulher no mercado de trabalho, buscando sua autonomia. A batalha para conseguir uma abertura de espaço é árdua e desigual. A sociedade considera que a mulher não combina com a independência, não sendo capaz de mostrar competência e decisão. O preconceito não pára por aí, sendo a oferta de emprego bem menor, e com remuneração desigual em relação aos homens com mesmo cargo e função, chegando a ser explícita, por exemplo, a preferência de certas empresas por funcionários do sexo masculino para trabalhos que exijam maiores qualificações. A mulher ainda tem que conciliar as atividades profissionais com as atividades domésticas e o papel de mãe, desgastante e estressante, o que acaba por contribuir para a desistência, entre outros fatores já citados, da vida profissional (Romero, 1995).

Mas, como fica a escola posicionada em relação a tudo que acima explicita, e qual a verdadeira função desta e da Educação Física neste contexto social?

2.1. O confronto sexista na Educação Física

Como já vimos as diferentes culturas esperam que homens e mulheres tenham papéis diferentes na sociedade. A escola, junto com a família, é o principal agente socializador, podendo reforçar e perpetuar os papéis sexuais. A maioria das sociedades são organizadas em função dos homens, o que vai refletir nas escolas e nas aulas de Educação Física, em particular, influenciando na expectativa, opinião e percepção dos alunos. Pelo fato de permanecerem um período significativo na escola, as crianças recebem uma importante contribuição no processo do seu desenvolvimento.

Segundo Daolio(1995a), há uma construção do corpo feminino diferente da construção do corpo masculino. Espera-se que os meninos brinquem na rua, joguem bola, pulem, subam em árvores; das meninas, espera-se que brinquem dentro de casa, sejam delicadas, não se sujem, brinquem com bonecas, não suem, ficando preservadas das brincadeiras de “meninos”.

Por serem diferenças motoras construídas culturalmente, elas são reversíveis. No contexto escolar, é nas aulas de Educação Física que esta diferenciação deveria mudar. Porém, o que vem ocorrendo é a cristalização destas diferenças, ou seja, menina não joga futebol e menino não pode dançar. O que ocorre, segundo Cardoso(1994), é a não

conscientização dos profissionais da área enquanto agentes socializadores, isto é:

(...) a ação do professor de educação física, por mais progressista que seja, ainda não conseguiu se liberar da dicotomia criada culturalmente entre o masculino e o feminino, prosseguindo a atual ação pedagógica a limitar o pleno desenvolvimento motor dos indivíduos, norteadas pelos atributos aceitos socialmente para cada sexo (p.267).

Percebe-se que os professores possuem preconceitos em propor práticas que propiciem oportunidades a todos os alunos, respeitando as diferenças de cada um, acabam mantendo a dicotomia agressivo-passivo no convívio social da criança. Este processo é presenciado também na adolescência, onde as moças são repreendidas por optarem por atividades que exijam força e agressividade, e os meninos, por atividades que exijam delicadeza e sensibilidade. O que vem acontecendo é uma ampliação das diferenças de habilidades motoras, fato que parece estar levando as meninas se perceberem inferiorizadas e até mesmo ridicularizadas em suas práticas, já que habitualmente ainda o que se tem nas aulas de Educação Física é uma exaltação à aptidão física. Isto leva à desistência das atividades físicas por parte das adolescentes, além da necessidade destas garotas de manter o ideal feminino, entre outros motivos culturais já apresentados.

Segundo Daolio(1995a), os professores devem rever os conceitos tradicionais dos papéis sexuais. Eles têm que começar a compreender que o corpo não é apenas determinado biologicamente, mas também culturalmente, ficando atento a importante tarefa de estarem continuamente influenciando na construção cultural do corpo de seus alunos. Assim, devem respeitar as diferenças entre meninos e meninas

e, ao mesmo tempo, propiciar a todos as mesmas oportunidades de prática e desenvolvimento de suas capacidades físicas. Para Daolio(no prelo), a Educação Física deve buscar a pluralidade, onde as aulas devem atingir todos os alunos, sem qualquer tipo de discriminação. Os alunos são diferentes, sendo assim, as aulas que ainda se utilizam do binômio igualdade/desigualdade devem ser reavaliadas.

Para Chagas(1994), o professor de Educação Física deve abordar, criticamente, questões do gênero implícitas no movimento, contribuindo para o pleno desenvolvimento da criança, do adolescente e jovens. Ele deve provocar reflexões sobre problemáticas que envolvem o corpo feminino na sociedade e suas relações com a Educação Física. Romero(1994) cita que o professor é a pessoa de vital importância para a formação do aluno. Portanto, não pode mais permanecer com uma visão falseadora sobre estes, tendo o papel de diminuir as desigualdades entre os sexos, assumindo uma posição de ajuda na prevenção e possível resolução desses problemas.

O programa de Educação Física deverá ser estruturado de maneira que cada aluno encontre um lugar para si, e que esse lugar possa realmente auxiliar na compreensão do seu papel sexual. Meninos e meninas podem e devem ter igual liberdade de movimento. Ainda conforme Romero(1994), a Educação Física busca que o aluno capte e vivencie uma mensagem de valorização da prática da atividade como forma de auto-conhecimento, conscientizando-se de seu papel no mundo, que deverá ser *“(...) desprovido de estereotípias negativas, evitando um comportamento sexual padrão tanto para meninos quanto para meninas”(p.232).*

Segundo Saraiva-Kunz(1994), o professor deveria mostrar e fazer que os alunos compreendam e avaliem o papel sexual não como uma

característica de personalidade, mas como uma expressão de uma cultura:

(...) professores e alunos devem encarar e problematizar em sala de aula o conceito de “papel sexual cultural”, como uma série de diferenças entre homens e mulheres que são expressões de duas culturas desenvolvidas diferentemente para os sexos, através de hábitos de vida, objetos de uso, comportamentos, valores, etc. (p.249).

Assim a Educação Física escolar deveria ser uma prática sem preconceitos, constituindo-se num espaço para discussão dos problemas do sexismo, transformando os valores sociais machistas, integrando meninos e meninas. Deve-se buscar nos seus conteúdos a valorização dos alunos em aula, e que não objetivem o rendimento esportivo, que não privilegiem um sexo sobre o outro, ou até mesmo os mais hábeis sobre os menos hábeis. Não se pode mais aceitar uma Educação Física que segregue seus alunos e que perpetue os preconceitos sociais. A Educação Física escolar deve garantir o direito que todos os alunos têm à prática.

Como parte da cultura humana, segundo Daolio(no prelo), a Educação Física *“(...) constitui uma área de conhecimento que estuda e atua sobre um conjunto de práticas ligadas ao corpo e ao movimento criadas pelo homem ao longo de sua história(...).”* Assim, o esporte é um conteúdo, e dentro dele o futebol representa um dos principais fenômenos culturais do país. Portanto, a seguir, faremos uma análise dos conteúdos da Educação Física, discutindo a viabilidade do conteúdo futebol para todos os alunos, inclusive as meninas.

3. Os Conteúdos da Educação Física

A Educação Física no Brasil parece estar passando atualmente por um impasse, uma falta de clareza teórica. Os seus professores não conseguem especificar com firmeza e claramente os propósitos da disciplina. Há uma grande confusão entre os objetivos da Educação Física com a educação em geral, transformando os professores em “super-homens”, pois além dos objetivos específicos, ainda devem se preocupar com a formação integral dos alunos. Os professores “(...) confundem seus objetivos com as próprias finalidades da educação enquanto um fenômeno mais amplo(...)” (Betti, 1992, p.282). Na verdade, esta formação pertence à escola como um todo, incluindo todas as disciplinas, professores, funcionários, diretores. O que parece acontecer, é que pela falta de segurança dos professores em relação aos conteúdos da Educação Física, estes englobam os objetivos gerais da educação para justificar sua presença na escola, perdendo sua identidade.

Em pesquisa feita por Daolio(1995b) com professores de primeiro grau da rede pública estadual, chegou-se a conclusão que estes não conseguem falar da especificidade da sua área de atuação na escola, e na própria definição de Educação Física, tendendo à “educação global” imposta ao ensino da disciplina.

Para entender melhor esta crise, recorreremos à história da Educação Física no Brasil, que, há mais de um século, vem sendo utilizada com fins biológicos. Na primeira metade do século XIX, a grande preocupação da população em torno da educação era formar o corpo higiênico e eugênico. A Educação Física ficou delegada aos

médicos. O que se pretendia, segundo Daolio(1993), era a eugenia da raça e a melhoria da saúde do povo brasileiro, que precisava ter corpos fortes e saudáveis, capacitados para o trabalho, e para a defesa da pátria.

Avançando no tempo, no período do Estado Novo, governado por Getúlio Vargas, houve a construção do “corpo produtivo”, corpo que, segundo Castellani Filho(1989), teve incorporado os valores éticos-políticos que reforçaram a questão da eugenia da raça, já que nesta época necessitava-se de corpos para defender a pátria dos “inimigos internos”, que eram os que criticavam o governo; e os “inimigos externos”, devido à Segunda Guerra Mundial, no qual o Brasil se juntaria às forças aliadas, fazendo parte do conflito. Além disto, este modelo de corpo era necessário face à consolidação do processo de industrialização da economia brasileira, buscando no trabalhador a sua capacidade produtiva, a sua força de trabalho, que, se melhor preparada fisicamente, renderia mais e melhor.

Após o golpe militar de 1964, a Educação Física reforçou a vinculação da construção do modelo de “corpo produtivo” criada no período do Estado Novo. Neste período do golpe militar, a Educação Física respondeu às exigências estabelecidas pelos dirigentes e suas políticas governamentais. Assim, sua função passou a ser a de desenvolver a aptidão física, descobrindo e preparando novos talentos esportivos para “brilhar” nas competições nacionais e internacionais. Percebe-se que não havia ligação do que era ensinado e a realidade do aluno, bem como com sua contextualização histórica (Castellani Filho, 1992).

Até hoje esta visão esportivizada e biológica ainda vem sendo utilizada pelos profissionais da área. A Educação Física tem sido justificada por necessidades como performance, adestramento físico,

busca de talentos esportivos e outras que caracterizam a tendência à instrumentalização e especialização do corpo. Segundo Daolio(1995b), os professores, de maneira geral, ainda caracterizam suas práticas pedagógicas “(...)pela busca de um tipo de treinamento ideal para todo um grupo, pelo desejo de uma classe homogênea de alunos, pelo destaque da melhoria da aptidão física como objetivo de ensino”(p.93). Assim, o professor desconsidera a individualidade do aluno, já que estabelece marcas iguais para todos, ou seja, correr o mesmo número de voltas, saltos, repetições do exercício. Alguns alunos serão considerados como biologicamente bem dotados, e outros, como menos dotados, aptos ou inaptos.

Pensando o corpo somente como biológico, nega-se toda a bagagem cultural que este corpo possui mesmo antes de entrar na escola. Mas como negar uma cultura, se todos os movimentos realizados pelo corpo humano são desenvolvidos e determinados em função desta? Segundo Daolio(1993), parece evidente afirmar que o corpo é determinado culturalmente, portanto a “Educação Física Escolar que se propõe a educar os alunos através dos seus corpos, deve estar atenta para a importância cultural de sua prática”(p.54). Apesar dos corpos biologicamente serem parecidos - mesmo número de ossos, músculos, órgãos - estes são construídos e influenciados conforme a sociedade em que vivem, possuindo culturas diferentes.

Uma aula de Educação Física deve levar em conta o ambiente cultural de seus alunos, vinculando o aluno com a realidade em que ele vive. Daolio(no prelo) propõe uma Educação Física Plural, que considere as diferenças apresentadas pelos alunos; onde as aulas devam atingir a todos, sem discriminação dos menos hábeis, das meninas, dos gordinhos, lentos, baixinhos. Ela deve envolver todos os alunos e englobar todas as formas da chamada cultura corporal, que

são os jogos, danças, ginásticas, lutas e esportes. Estes elementos da cultura corporal serão tratados como conhecimentos a serem sistematizados e reconstruídos pelos alunos.

Segundo Coletivo de Autores(1992), é fundamental o desenvolvimento da noção de historicidade da cultura corporal. *“Todas as atividades corporais foram construídas em determinadas épocas históricas, como respostas a determinados estímulos, desafios ou necessidades humanas”* (p.39). A cultura corporal parte da cultura mais ampla, onde tem a finalidade de proporcionar a intervenção crítica, criativa e autônoma do aluno na sua realidade social. São práticas sociais que refletem a atividade produtiva humana de buscar respostas às suas necessidades.

Demel(1978, apud Betti, 1992) relaciona o conceito de cultura corporal, denominada por ele de cultura física, com os objetivos da Educação Física, e esses objetivos devem expressar, primeiramente, com relação aos domínios da personalidade, e em segundo lugar nas categorias somáticas(habilidades, capacidades físicas etc.). Betti(1992) conclui que a partir desta perspectiva de Demel, a Educação Física passa a ter a função pedagógica de integrar e introduzir o aluno na cultura física:

(...)formando o cidadão que vai usufruir, partilhar, produzir, reproduzir e transformar as formas culturais da atividade física(o jogo, o esporte, a dança, a ginástica...)(p.285).

Considerando que a Educação Física possui conteúdos próprios, que se constituem em práticas sociais a partir da cultura corporal ou física, não se pode mais aceitar que profissionais da área ainda neguem a especificidade da área para invadir ideais pedagógicos da

educação, englobando tudo, como o desenvolvimento integral do aluno, que será consequência de todo o sistema da educação, da escola como um todo. Para ser justificada na escola, a Educação Física deve ter um programa com objetivos claros e conteúdos específicos, sempre dentro de linhas pedagógicas sistematizadas. Mas, como o esporte, fazendo parte dos conteúdos da área, deve ser desenvolvido na escola sem se transformar na busca da aptidão física?

3.1. O Esporte da Escola: o futebol para todos

Até hoje quando se ouvia falar de esporte e principalmente de futebol na escola, logo se pensava em uma quadra com dois times para cada lado, onde os alunos mais aptos corriam atrás da bola, demonstrando a técnica que lhes foi ensinada. Enquanto isso, o restante da turma ficava relegado a meros espectadores, já que não possuíam tal habilidade para jogar tal esporte. A esportivização da Educação Física até então implantada acarretou o fortalecimento de posturas equivocadas, que levaram à desconsideração do esporte como seu conteúdo. Não é o esporte em si que está errado, mas sim a maneira como ele vem sendo desenvolvido na escola. Não se pode simplesmente introduzir o esporte que está fora da escola, com suas técnicas e táticas, com a busca da performance, para dentro desta.

O esporte, como já vimos, é um dos conteúdos - e não o único - da Educação Física. É uma das práticas sociais que institucionaliza temas lúdicos da cultura corporal. Segundo Coletivo de Autores(1992), sendo uma produção histórico-cultural, o esporte subordina-se aos

códigos, sentido, significado, que lhe imprime a sociedade capitalista e por isso não pode ser afastado das condições a ela inerentes, especialmente no momento em que se atribuem a ele valores educativos para justificá-lo no currículo escolar. O esporte deve ser abordado pedagogicamente como esporte da escola e não esporte na escola.

Segundo Daolio(1993), as práticas esportivas são práticas determinadas culturalmente, e, ao fazerem parte do programa da Educação Física escolar, podem enriquecer o acervo cultural dos alunos. Porém:

(...) os gestos esportivos não devem de limitar aos movimentos padronizados ensinados pelo professor, mas devem contemplar a experiência dos alunos e incentivar sua criatividade e capacidade de exploração(p.54).

O professor não deve valorizar um aluno por sua técnica esportiva afinada. Trabalhar com um esporte nas aulas de Educação Física é muito mais do que ensinar regras táticas e técnicas. É necessário contextualizar esta prática na realidade sócio-cultural em que o aluno está inserido (Daolio, 1993). Segundo Coletivo de Autores(1992), é necessário desmitificar o esporte, dando aos alunos um conhecimento que permita criticá-lo dentro de um determinado contexto sócio-econômico-político-cultural.

Os esportes coletivos, entre eles o futebol, criam a possibilidade de desenvolver conceitos como a cooperação, já que se espera que os participantes tenham os mesmos objetivos. O adversário não é um inimigo, já que sem ele não há jogo. Trata-se de jogar com e não contra.

Segundo a Secretaria de Educação de SÃO PAULO(1996), a Educação Física deveria dar conta das possibilidades concretas de se lidar com elementos da cultura corporal integrante do cotidiano dos alunos, possibilitando que eles sejam capazes de construir, de forma participativa, crítica e criativa, os próprios processos de incorporação de parte do universo cultural de suas vidas. Desta forma, aprender a jogar determinada modalidade esportiva não deve estar associado à busca de rendimento físico-desportivo:

(...) mas sim percebendo a técnica como conhecimento historicamente produzido e o movimento humano ali presente, necessário de ser aprendido para além de sua condição de ato motor; o aprender das regras esportivas, percebendo-as enquanto construções sócio-culturais modificáveis a par do desenvolvimento científico-tecnológico; o qualificar-se para implementar procedimentos organizacionais de suas próprias competições esportivas; tudo isso, enfim, comporia unidades programáticas a serem desenvolvidas(Secretaria da Educação de SÃO PAULO, 1996, p.122).

A técnica é conhecimento, devendo estar presente no horizonte pedagógico da Educação Física, e não ser um atributo ao rendimento esportivo. Para Daolio(no prelo), as técnicas não deverão ser aprendidas de forma passiva e mecânica. Elas deverão ser reconstruídas pelos alunos, sendo portanto, mais significativas a eles.

Ao se enfatizar as razões do fazer ao invés do modo de fazer, as técnicas não se tornarão fins em si mesmas, mas meios para a realização dos esportes e das danças de forma cada vez mais competente(p.4).

Como já foi dito anteriormente, o futebol, dentre os esportes, é o mais popular no Brasil, sendo um fenômeno sócio-cultural de grande alcance. Na escola convém discutir sua história, analisar seus símbolos, o porque do fenômeno, a participação das mulheres neste esporte, bem como, através dele analisar a própria condição e papel da mulher na sociedade etc.

Assim, segundo Coletivo de Autores(1992), no estudo do futebol da escola deve-se analisar:

- o futebol enquanto jogo com suas normas, regras, e exigências físicas, técnicas e táticas;
- o futebol enquanto espetáculo esportivo;
- o futebol enquanto processo de trabalho que se diversifica e gera mercados específicos de atuação profissional;
- o futebol enquanto jogo popularmente praticado;
- o futebol enquanto fenômeno cultural que inebria milhões e milhões de pessoas em todo o mundo, em especial, no Brasil(p.72)

O futebol escolar deverá constituir-se como uma atividade em que todos os alunos participem, tanto os meninos como as meninas, deixando claro que é uma prática social que faz parte da cultura corporal. É uma modalidade esportiva que atrai grandes interesses, talvez mais dos meninos devido à cultura, ponto já discutido neste trabalho; mas também há um crescente interesse pelas meninas que já praticam e discutem o futebol fora da escola.

Se o professor ficar atento ao alcance cultural de sua prática, perceber e respeitar as diferenças entre os alunos, tiver o domínio dos conteúdos específicos e, dentro deles, contextualizar as práticas

esportivas, não objetivando a aptidão física, o futebol escolar pode e deve ser dado para todos os alunos.

Uma Educação Física escolar que considere o princípio da alteridade saberá reconhecer as diferenças - não só físicas, mas também culturais - expressas pelos alunos, garantindo assim o direito de todos os alunos à prática. A diferença deixará de ser critério para justificar preconceitos (...) para se tornar condição de igualdade, garantindo assim, a afirmação do seu direito à diferença (...) Porque os homens são iguais justamente pela expressão de suas diferenças(Daolio, 1995b, p.100).

Assim, espera-se que o professor em sua aula não perpetue os preconceitos gerados na sociedade, garantido a todos, inclusive as meninas, o direito à prática. O futebol como conteúdo deve ser desenvolvido no ambiente escolar, lembrando sempre que é uma prática cultural e, portanto, deve ser contextualizado na realidade da sociedade, sendo um veículo para discutir o próprio papel da mulher nesta realidade. O futebol escolar deve ser adaptado às diferenças dos alunos, não objetivando performance. Ele pode e deve ser aplicado na escola, e se é um fenômeno cultural de grande alcance, as mulheres têm o direito à sua prática.

Considerações Finais

Após a divisão do trabalho em três grandes capítulos, através de revisão bibliográfica, temos um maior embasamento para poder refletir sobre a viabilidade do futebol escolar para o sexo feminino.

Vimos no primeiro capítulo a introdução do futebol no Brasil, sua primeira fase elitista e sua popularização, transformando-se no principal esporte nacional. O futebol apareceu e se desenvolveu no Brasil numa sociedade machista, e se tornou com o tempo a própria representação desta sociedade, que se dramatiza através dele. O futebol torna-se um fenômeno cultural de grande alcance, e não pode mais ser desvinculado da sociedade.

No segundo capítulo vimos a difícil situação da mulher na sociedade, que enfrenta os preconceitos sociais há longa data. O papel da mulher na sociedade sempre foi de menor importância, tendo seu papel sempre ligado à procriação e cuidados com a família. No esporte em geral, e mais especificamente no futebol, a mulher teve sua luta ampliada. Primeiramente era proibida por lei de praticar esportes que não estavam de acordo com sua “natureza”, e, após caírem estas leis, teve que enfrentar a negativa e o preconceito dos agentes sociais, entre eles a família, a igreja, a escola etc. Ainda neste capítulo foi analisada a escola, em especial a Educação Física, como agente socializador capaz de perpetuar os preconceitos sociais, se não ficar explícita a dicotomia criada culturalmente entre masculino e feminino. Os professores, portanto, devem rever os conceitos tradicionais em relação aos papéis sexuais.

No último capítulo discorreremos sobre os conteúdos da Educação Física, em especial o esporte, através do conceito de Cultura Corporal. Vimos que não se pode simplesmente introduzir o esporte na escola e sim contextualizá-lo como esporte da escola. A grande diferença é que dentro da escola o esporte não pode objetivar a aptidão física, e o professor deve garantir o direito de todos os alunos à prática.

Com estes três tópicos abordados, percebemos que não é tão simples desenvolver o futebol da escola. Não basta formar times e soltar a bola. É necessária uma grande atenção à cultura e à realidade dos alunos.

A sociedade está vinculada e é determinada pela sua cultura, mas a cultura está sendo criada e recriada por esta sociedade. Assim, mesmo de forma lenta, a cultura é passível de mudanças. A mulher vem conquistando seu espaço na sociedade, e atualmente parece já garantir um maior reconhecimento social. Nos esportes isso também vem acontecendo, e o futebol, como primeiro esporte nacional, aos poucos também vem sendo praticado pelas mulheres. Parece não mais se reprimir tanto as mulheres por praticarem tal esporte. Apesar de ainda existir o preconceito em alguns locais e por parte de alguns agentes sociais, as mulheres jogam o futebol. Já podemos ver nas escolinhas esportivas, clubes, praias, as mulheres praticando tal esporte.

A escola, neste contexto, deveria então ficar atenta a estas mudanças sociais, garantindo para as meninas o conhecimento do futebol. Se este esporte sempre foi praticado por homens representando assim, a sociedade machista, o professor deve tomar cuidado ao desenvolvê-lo em suas aulas. Meninas podem não aceitá-lo se se perceberem ridicularizadas na prática, pois para os meninos, em geral, a prática do futebol é incentivada desde o nascimento,

ficando por isso mais hábeis. Assim, se na aula o futebol servir para a exaltação dos mais hábeis, este esporte não terá sentido dentro da escola.

Para garantir o conhecimento do futebol para as meninas, deve-se considerar o papel da mulher na sociedade, utilizando o futebol também para discutir sua condição. As diferenças entre os sexos, em grande parte, são determinadas por culturas desenvolvidas diferentemente entre homens e mulheres. O menino sabe jogar melhor futebol porque teve hábitos de vida, comportamentos, valores diferentes, enquanto para as meninas, ao que parece, foram restritas. Como são diferenças construídas culturalmente, elas são reversíveis, e a Educação Física não pode perpetuar estas diferenças. As meninas têm o direito à prática do futebol, e esta deve respeitar as diferenças dos alunos, não objetivando a performance. O futebol deve ser contextualizado, analisado e introduzido como um fenômeno social mais amplo, discutindo sua origem, sua popularização, suas dramatizações, seus preconceitos enquanto prática cultural.

Parece claro que se a Educação Física deve ser oferecida aos alunos sem preconceito, deve respeitar as diferenças entre os alunos, não buscar a aptidão física, e ter como conteúdos específicos práticas sociais que institucionalizam temas lúdicos da cultura corporal. O futebol, como uma destas práticas sociais, pode e deve ser desenvolvido nas escolas para ambos os sexos. Basta somente que esta consciência, somada a uma organização e domínio profissional do professor, sejam aplicadas nas aulas.

Referências Bibliográficas

- BETTI, M. Ensino de primeiro e segundo graus: educação física para quê? *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v.13, n.2, p.282-7, 1992.
- BRUHNS, H.T. Corpos femininos na relação com a cultura. In: ROMERO, E. org. *Corpo, mulher e sociedade*. Campinas, Papirus, 1995.
- BYINGTON, C. A riqueza simbólica do futebol. *Revista Psicologia Atual*, v.5, n.25, p.20-32, 1982.
- CALDAS, W. Aspectos sociopolíticos do futebol brasileiro. *Revista USP*, n.22, p.41-9, 1994.
- CARDOSO, F.L. O gênero e o movimento humano. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v.15, n.3, p.265-8, 1994.
- CASTELLANI FILHO, L. O fenômeno cultural chamado futebol: uma proposta de estudo. *Revista Artus*, v.8, n.15, p.6-9, 1985.
- _____. Esporte e mulher. *Revista Motrivivência*, Universidade Federal de Sergipe, v.1, n.2, 1989.
- _____. Pelos meandros da educação física. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v.14, n.3, p.119-25, 1993.
- CHAGAS, E. Educação física: escola de...formação do corpo feminino. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v.15, n.3, p.253-62, 1994.
- COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do ensino de educação física*. São Paulo, Cortez, 1994.
- DAMATTA, R. Esporte na sociedade: um ensaio sobre o futebol brasileiro. In: DAMATTA, R. et alii. *Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Pinakotheke, 1982.
- _____. Antropologia do óbvio: notas em torno do significado social do futebol brasileiro. *Revista USP*, n.22, p.10-7, 1994.

DAOLIO, J. O drama do futebol brasileiro: uma análise sócio antropológica. *Revista Paulista de Educação Física*, v.3, n.5, p.57-61, 1989.

_____. A violência no futebol brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências e Movimento*, v.6, n.1, p.57-61, 1992.

_____. Educação física escolar: uma abordagem cultural. In: PICCOLO, V. N. org. *Educação física escolar: ser...ou não ter?* Campinas, Unicamp, 1993.

_____. A construção cultural do corpo feminino ou o risco de transformar meninas em "antas". In: ROMERO, E. org. *Corpo mulher e sociedade*. Campinas, Papirus, 1995a.

_____. *Da cultura do corpo*. Campinas, Papirus, 1995b.

_____. Educação física escolar: em busca da pluralidade. *Revista Paulista de Educação Física*, no prelo.

FLORES, L.F.B.N. Na zona do agrião: algumas mensagens ideológicas do futebol. In: DAMATTA, R. et alii. *Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Pinakothke, 1982.

FOLHA DE SÃO PAULO. As meninas do Radar driblam o preconceito. *Folha de São Paulo*, p.24, 13 de março de 1984.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. *Contribuição ao debate do currículo em educação física: uma proposta para escola pública*. Secretaria de Educação de Pernambuco. Micheli Ortega ESCOBAR, coordenadora. Recife, 1989.

ROMERO, E. A educação física a serviço da ideologia sexista. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v.15, n.3, p.226-34, 1994.

_____. A arquitetura do corpo feminino e a produção do conhecimento. In: ROMERO, E. (org.). *Corpo, mulher e sociedade*. Campinas, Papirus, 1995.

ROSENFELD, A. O futebol no Brasil. *Revista Argumento*, ano I, n.4, 1974.

SANTOS, J. R. *A história política do futebol brasileiro*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação. *Reorganização da trajetória escolar no ensino fundamental: classes de aceleração*. Proposta curricular. Secretaria de Educação de São Paulo. Lino CASTELLANI FILHO - Educação Física, p.119-26, São Paulo, 1996.

SARAIVA-KUNZ, M. C. O gênero: confronto de culturas em aulas de educação física. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v.15, n.3, p. 247-52, 1994.

SOARES, C. L., GOELLNER, S. V. O elogio à diferença/ o avesso da segregação. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v.15, n.3, p.263-64, 1994.